



INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

21 / FEVEREIRO / 2022

DESTAQUES

IRPJ/ CSLL

IRPJ NA SELIC: PGFN PEDE PARA MODULAR DECISÃO QUE PROIBIU COBRANÇA

Tributaristas veem os embargos da PGFN como tentativa de esvaziar decisão do STF em prol do contribuinte

FLÁVIA MAIA

[Leia Mais](#)

STF VAI JULGAR VALIDADE DE MULTA MAIOR QUE O VALOR DO TRIBUTO

Julgamento sobre existência de repercussão geral da discussão termina nesta quinta-feira

Por Beatriz Olivon

[Leia Mais](#)

BALANÇO DO JOTA

CÂMARA SUPERIOR DO CARF DERRUBOU A MAIORIA DAS MULTAS QUALIFICADAS EM 2021

Dado é relevante aos contribuintes, já que a multa qualificada corresponde a 150% do tributo devido

BÁRBARA MENGARDO

ANA BEATRIZ GRAÇA

[Leia Mais](#)

STF REJEITA INCOMPATIBILIDADE ENTRE REGRAS DO SETOR DE INFORMÁTICA E INCENTIVOS DA ZFM

Prevaleceu o entendimento de que o setor está submetido a regramento específico, não implicando redução de incentivos aos empreendimentos da ZFM.

[Leia Mais](#)

ENTRADA DO BRASIL NA OCDE PODE REDUZIR CARGA TRIBUTÁRIA

Especialistas destacam a necessidade de mudanças em regras de preço de transferência e tratados

Por Gilmara Santos — De São Paulo

[Leia Mais](#)

RECURSO REPETITIVO

REPETITIVO VAI DECIDIR SOBRE EXCLUSÃO DO ICMS-ST DA BASE DO PIS/COFINS DEVIDO PELO CONTRIBUINTE SUBSTITUÍDO

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu afetar os Recursos Especiais 1.896.678 e 1.958.265, ambos de relatoria do ministro Gurgel de Faria, para julgamento sob o rito dos repetitivos.

[Leia Mais](#)

TUDO NOS CONFORMES

APLICAÇÃO DE NORMA DO CPC ÀS EXECUÇÕES FISCAIS É CONSTITUCIONAL, DECIDE SUPREMO

Por Luiza Calegari

O entendimento de que os embargos à execução não têm efeito suspensivo, previsto no artigo 739-A do Código de Processo Civil de 1973 e no artigo 919 do

CPC de 2015, pode ser aplicado às execuções fiscais, sem ofensa a qualquer princípio constitucional.

[Leia Mais](#)

DIREITO DO TRABALHO

COVID-19: CUT ACIONA STF CONTRA PORTARIA QUE REDUZ TEMPO DE AFASTAMENTO DO TRABALHO

Segundo Confederação, portaria do governo contraria recomendação da OMS, que prevê 14 dias de isolamento

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

SÓ NO MÉRITO

STF NEGA SUSPENSÃO DO AUMENTO NO PERCENTUAL PARA CUSTEIO DE PRECATÓRIOS EM SP

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal indeferiu liminar pedida pelo governador de São Paulo, João Doria, em ação direta de inconstitucionalidade que questionou normas que disciplinam o cumprimento de obrigações pecuniárias devidas pelas Fazendas Públicas em virtude de condenações judiciais.

Leia Mais 9

COMÉRCIO EXTERIOR

MINISTÉRIO DA ECONOMIA DIVULGA PORTARIA QUE REGULAMENTA NOVO DECRETO ANTISUBSÍDIOS

Normativo é peça-chave na modernização do arcabouço normativo brasileiro de defesa comercial

[Leia Mais](#)

ADUANA

RECEITA FEDERAL ESTABELECE NOVAS REGRAS PARA PROCEDIMENTOS DE ALFANDEGAMENTO

Principal objetivo da norma é o aperfeiçoamento dos controles físicos e a verificação das mercadorias.

[Leia Mais](#)

STF MANTÉM VEDAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL EM SITES JORNALÍSTICOS

Impulsionamento fica permitido, desde que identificado e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos

FLÁVIA MAIA

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

[Leia Mais](#)

CABE AO FORNECEDOR COMPROVAR INEXISTÊNCIA DE DEFEITO EM AÇÃO DE CONSUMO, AFIRMA TERCEIRA TURMA

Nas ações de indenização originadas de relações de consumo, não é do consumidor o ônus de provar o defeito do produto, bastando que demonstre a relação de causa e efeito entre o produto e o dano – o que faz presumir a existência do defeito. Por outro lado, na tentativa de se eximir da obrigação de indenizar, é o fornecedor quem precisa comprovar, de forma cabal, a inexistência do defeito ou alguma outra excludente de responsabilidade.

[Leia Mais](#)

AÇÃO MONITÓRIA PARA COBRANÇA DE DÍVIDA REGISTRADA EM CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PRESCREVE EM CINCO ANOS

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base no artigo 206, parágrafo 5º, inciso I, do Código Civil, estabeleceu em cinco anos o prazo prescricional aplicável à cobrança, por meio de ação monitória, de dívida amparada em cédula de crédito bancário.

[Leia Mais](#)

POR UNANIMIDADE

STJ MANTÉM DECISÃO QUE RETIRA CONTADORES DE EXECUÇÃO FISCAL DE R\$ 12 MILHÕES

No processo, empresa alegou que foi induzida a erro, autorizando operação tida como ilegal que resultou no débito

CRISTIANE BONFANTI

[Leia Mais](#)

É VÁLIDO PEDIDO DE CONGELAMENTO DE DADOS TELEMÁTICOS ANTES DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, DECIDE SEXTA TURMA

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou válido o pedido feito pelo Ministério Público – sem autorização judicial – para que provedores de internet congelassem dados telemáticos de usuários, preservando-os para fins de investigação criminal.

[Leia Mais](#)

POR UNANIMIDADE

CARF AFASTA IRPJ E CSLL SOBRE SUBVENÇÃO EM CASO DE MÚTUO

Decisão foi tomada por unanimidade, porém membros da turma tiveram razões de decidir distintas

MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

1ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR

CARF: ACRÉSCIMO DE MATERIAL EXIGIDO POR LEI NÃO AGREGA VALOR AO PRODUTO

Após desempate pró-contribuinte, foi definida aplicação ao caso do PRL com margem de lucro de 20%.

MARIANA RIBAS

[Leia Mais](#)

LEGISLAÇÃO

VILLAS BÔAS CUEVA PRESIDE COMISSÃO DE JURISTAS QUE AJUDARÁ O SENADO A REGULAMENTAR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Villas Bôas Cueva foi designado, nesta quinta-feira (17), para presidir a comissão de juristas que auxiliará o Senado Federal na redação de um substitutivo aos Projetos de Lei 5.051/2019, 21/2020 e 872/2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

[Leia Mais](#)

PEC DA REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE SER VOTADA NA CCJ DEPOIS DO CARNAVAL

Relator da proposta disse que recebeu o compromisso do presidente do Senado Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

[Leia Mais](#)

AASP OFICIA TCU PARA ESCLARECER “DEGUSTAÇÃO” DE DADOS PESSOAIS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), publicou o Acordo de Cooperação nº 27/2021, pelo qual 109 bancos participantes da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) ganharão acesso – por um período de um ano, como forma de “degustação” – aos dados biométricos (impressão digital, foto de rosto) e biográficos (nome, data de nascimento, nome da mãe e outros dados cadastrais) de cidadãos brasileiros, armazenados no banco de dados da Identidade Civil Nacional (Lei nº 14.444/2017) e da plataforma “Gov.br”.

[Leia Mais](#)

TST DISCUTIRÁ, NA SEGUNDA-FEIRA (21), DESDOBRAMENTOS DE DECISÃO DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO

O Pleno julgará incidente de recurso repetitivo e fixará tese jurídica sobre alguns aspectos da questão.

[Leia Mais](#)

VAI À SANÇÃO PRESIDENCIAL

GESTANTES NA PANDEMIA: ENTENDA AS REGRAS SOBRE TRABALHO APROVADAS NO CONGRESSO

Grávida que recusar vacina deverá assinar termo de responsabilidade para voltar às atividades presenciais

JULIANA CASTRO

[Leia Mais](#)

PAUTA DA CAE TEM FOCO NA REGULAMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES COM CRIPTOMOEDAS

Da Agência Senado

O senador Irajá (PSD-TO), relator das propostas, apresentou um substitutivo ao projeto do senador Flávio Arns e recomendou o arquivamento das outras matérias

Waldemir Barreto/Agência Senado

[Leia Mais](#)

CMN FLEXIBILIZA ORGANIZAÇÃO DE AGENTES AUTÔNOMOS EM EMPRESAS

Profissionais atuam na venda de títulos e de fundos

Por Wellton Máximo – Repórter da Agência Brasil - Brasília

[Leia Mais](#)

CÂMARA DIFICULTA OPERAÇÕES POLICIAIS EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Alterações no Estatuto da OAB incluem mudança nos honorários e foram aprovadas com o apoio de quase todos os partidos

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

[Leia Mais](#)

PORTARIA DESOBRIGA EMPREGADORES DE CADASTRAR PPP NO ESOCIAL EM 2022

Por Samara Neres - Agência Fenacon de Notícias

Implantação do PPP exclusivamente em meio eletrônico ocorrerá em 1º de janeiro de 2023

[Leia Mais](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)